

ORLANDO VALVERDE SOB A ÓPTICA TEXTO/CONTEXTO

Tamires Arruda Fakh
Mestranda em Geografia Humana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo
(FFLCH/USP)
tamires.fakh@usp.br

ADAS, Sergio. O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 491 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Sérgio Adas, filósofo de formação, doutor em Geografia Humana, com pós doutorado em Educação, é hoje professor da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Em 2007, com o estudo intitulado “O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)” obteve o título de doutorado. A tese citada lhe rendeu algumas premiações: em 2008, ganhou o Prêmio de Melhor Tese do Ano de 2007 (Geografia Humana), do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, e em 2009 recebeu o Prêmio Capes de Tese 2008 (Área Geografia). É sobre esse trabalho que se dedica atenção.

Orlando Valverde é o personagem principal da tese de Adas, o autor buscou através dos discursos do geógrafo carioca compreender as marcas político-ideológicas de seus posicionamentos, baseando-se na conjuntura social e política da época para clarear tais influências no direcionamento dos estudos de Valverde que, em certa medida, expressavam os problemas nacionais. Além do contexto nacional do período estudado – de 1942 a 1964 – Adas buscou no pensamento social e político da época expressar as mudanças no rumo da disciplina geográfica no Brasil e as influências externas que os geógrafos brasileiros sofreram. Os estudos valverdianos permitem analisar como o conjunto desses fatores produziu influências e resistências nos estudos geográficos brasileiros.

A metodologia adotada por Adas para compreender as nuances da obra valverdiana se deu pela análise texto/contexto, como destacado acima. Mesmo se aproximando da abordagem contextual de Berdoulay¹ (2003), ideia esclarecida mais adiante, Adas não deixou

¹ Ver mais em BERDOULAY, Vicent. A abordagem contextual. In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 16, jul/dez de 2003.

Building the way

de dar ênfase ao termo “comunidade científica”, que segundo Kuhn² (1996), é a responsável, na sociedade, por fazer ciência.

Valverde, filho de imigrantes espanhóis, nasceu no Rio de Janeiro, em abril de 1917. Sua infância e adolescência se deram em um ambiente em que a sociedade brasileira, da Primeira República, estava envolvida em um esforço nacional pelo reconhecimento do país e enfrentamento de seus problemas. O patrimônio geográfico brasileiro e suas fronteiras eram fatores utilizados na disseminação da cultura da época, inflamando o caráter singular que o país apresentava.

Os primeiros anos de vida de Valverde estavam circunscritos em uma conjuntura de fatos que objetivaram reconhecer o Brasil como um país autêntico e individualizado, destacam-se as expedições do Marechal Rondon para as regiões mais longínquas e a comemoração da emancipação política do Brasil que ensejava o debate sobre o alcance da independência nacional.

Os ares daquela época influenciaram o ensino ginásial e o tempo que passou na Escola Naval. Os estudos no colégio Pedro II ocorreram no intervalo das vésperas da Revolução de 1930 até a Revolução Constitucionalista de 1932, período que marcou o campo da Geografia. A Revolução de 30 inaugurou o reordenamento institucional no país, houve grandes esforços para avançar nos serviços geográficos (como a cartografia e estudos estatísticos) a fim de fornecer bases para o desenvolvimento do Brasil, mas esses esforços só se consumariam com o projeto desenvolvimentista, no Estado Novo.

Antes de ingressar na Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1936, Valverde frequentou a Escola Naval, entre os quinze e dezoito anos, período marcado por uma intensa polarização ideológica, pós Revolução de 30; pela eclosão da Revolta Constitucionalista de São Paulo e pelas ideias do Manifesto de Outubro da Ação Integralista Brasileira. A adesão pelo integralismo na Escola Naval, somada as desilusões quanto ao serviço militar e a repressão do período, culminou na expulsão do geógrafo da instituição.

Por conta do fechamento da UDF, Valverde se formou na Universidade do Brasil. Segundo Adas:

[...] a educação geográfica universitária de Orlando Valverde processou-se pari-passu com o estabelecimento das bases da atual estrutura universitária nacional, que surgiram no contexto da política institucional modernizante

² Ver mais em KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 4a edição. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Building the way

edificada crescentemente desde o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) (ADAS, 2006, p. 20).

Sua formação estava fundada em um conjunto de valores que visavam construir um padrão identitário nacional e buscava uma participação mais efetiva dos alunos nos rumos de “uma nação que urgia ser transformada em moderna por ações políticas e científicas de uma elite dirigente informada” (ADAS, 2006, p. 21).

As bases teóricas que teve contato, a proximidade com mestres nacionais e estrangeiros e as atividades paralelas que participou, influenciaram sua trajetória social e profissional. Como exemplo, podemos citar a convivência com Pierre Deffontaines³ e o contato com a Geografia possibilista francesa, através do viés naturalista do programa de Geografia da UDF, que desempenhou grande influência nos trabalhos iniciais de Valverde.

Em 1937, próximo à instauração do Estado Novo, ele recebeu um convite de seu amigo professor, Christóvão Leite de Castro, para trabalharem juntos na formulação de uma Geografia para o governo brasileiro. Inicialmente, trabalhou no Instituto Nacional de Estatística e mais tarde no Conselho Nacional de Geografia – CNG. Assim Valverde começou sua carreira profissional, no ambiente que mais tarde se consolidaria como o IBGE.

As atividades do Instituto, entre 1937 e 1945, estavam orientadas para a consolidação de um instrumento técnico-científico de administração do território, servindo como núcleo central para a formulação e implementação de políticas territoriais, portanto “Orlando Valverde teve sua formação científica inicial exposta às influências de um lugar de sociabilidade comprometido em alicerçar um conhecimento mais apurado sobre o território brasileiro, destinado a consolidar as aspirações nacionais segundo a concepção daquele regime” (ADAS, 2006, p. 38), referindo-se ao Estado Novo. Ademais, o Instituto foi uma estrutura importante para sustentar e legitimar as teorias daquela comunidade científica, Kuhn (1996) destaca que não basta deter as teorias, mas, muitas vezes, é necessário ter equipamentos e estruturas para prová-las, para legitimar a ciência em questão.

Buscando esclarecer os laços entre o pensamento geográfico valverdiano e o contexto nacional, Adas nos remete aos pressupostos da abordagem contextual, apresentada por

³ Os laços entre Deffontaines e Valverde se estreitaram através dos projetos de criação do Centro de Estudos Geográficos – CEG e da Associação dos Geógrafos Brasileiros do Rio de Janeiro – AGB, fatos que antecederam a contratação de Valverde como primeiro geógrafo do quadro do Conselho Nacional de Geografia, em 1938. O seu envolvimento com o mestre Deffontaines, com os palestrantes da AGB e outros intelectuais, além dos trabalhos de campo que realizava, conduziram-no para trabalhos de colaboração com a política que seria implantada pelo Estado Novo, em 1937.

Building the way

Berdoulay, que permite “[...] analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o cientista está situado” (BERDOULAY, 2003, p. 52-53). Adas trouxe elementos importantes para entender a produção valverdiana, levantou elementos conjunturais da sociedade brasileira e desenhou o “círculo de afinidades” de Valverde, através dos quais é possível avaliar e aprender com as contribuições do geógrafo ibegeano. Cabe destacar que embora a abordagem de pesquisa utilizada por Adas se aproxime da abordagem contextual, ele utiliza o termo “comunidade científica” e não “círculo de afinidades”, como sugerido por Berdoulay.

No decorrer dos anos, Valverde não se eximiu do chamamento realizado já no início do século XX, pelo engenheiro Francisco Bhering da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, para o exercício patriótico de corrigir os equívocos sobre o Brasil, presentes nos estudos geográficos, e construir a verdadeira *Geografia Brasilis*. Buscando atender as demandas de uma ciência capaz de responder aos problemas da sociedade brasileira, em um momento de forte intervenção estatal praticada pelo Estado Novo, Valverde se dedicou a estudos mais pragmáticos e instrumentais sobre planejamento regional.

A ideologia do Estado Novo esteve presente nos trabalhos iniciais de Valverde, período no qual o geógrafo publicou quatro estudos e assumiu uma postura de combate a “geografia de nomenclatura”. Suas publicações estiveram ligadas ao tema do regionalismo e para isso foram marcadas pelo empirismo, alguns dos termos empregados em seus trabalhos remetem ao ideário cívico e patriótico presente no IBGE e difundidos na época, ademais remete a influência da Segunda Guerra Mundial no território nacional.

O contexto da guerra proporcionou uma maior aproximação dos geógrafos ibegeanos com as universidades e órgãos de planejamento regional norte-americanos, dos quais receberam fortes influências, já as relações com o governo francês só foram reatadas em 1947⁴. Adas identifica o segundo momento de formação geográfica de Orlando Valverde, a partir da influência da abordagem regional norte-americana, destacando dois estudos do geógrafo carioca: “Divisão regional do Vale do São Francisco” e “Dois estudos de geografia urbana: Pirapora e Lapa”, publicações de 1944.

⁴ Apesar da influência norte-americana, Adas afirma que Valverde manteve em seus trabalhos a abordagem regional da geografia francesa, e não a americana. De qualquer forma, o método de suas pesquisas se basearam nos parâmetros adotados pelo Estudo da Geografia Regional do Brasil, que substituíram o enfoque territorial pelo regional. O teor naturalista e empirista da escola francesa tornou a abordagem regional adequada aos objetivos do Estado Novo, no desbravamento e desenvolvimento das regiões longínquas.

Building the way

As influências externas reafirmam uma das ideias destacadas por Capel⁵ (1989), de que a ciência não é nacional, ou seja, não é uma geografia puramente brasileira, mas sim uma ciência que sofre contínuas influências de outras nações.

Outra informação importante, destacada por Adas, é que desde o início dos trabalhos de Valverde ele buscou se pautar nos teóricos e linhas de pesquisa aceitas no campo científico dos geógrafos da época, remetendo a ideia de que a tradição e seu difícil abandono estão intrinsecamente ligados ao processo de legitimação da ciência, pois a tradição da disciplina geográfica e da história de outras disciplinas:

[...] desempeñan un papel importante en la estructuración y reestructuración constante de los campos del saber, proporcionando a los científicos una imagen de sí mismos, de la comunidad a la que pertenecen y del sentido de su trabajo. A través de la historia de la disciplina se forjan y difunden los mitos y las ideologías que dan cohesión a la comunidad científica: quiénes son sus progenitores y figuras más destacadas, su dignidad como verdadera ciencia, los objetivos y la relevancia social de su trabajo, las relaciones de cooperación o conflicto con otras disciplinas o subdisciplinas (CAPEL, 1989, p. 3).

Como colocado em trechos acima, o contexto social e político das produções valverdianas, nesse período, estava marcado pela ideia de que a ordem e a estabilidade do país se dariam com um regime de governo forte, capaz de conduzir o desenvolvimento industrial e orientar a exploração dos recursos do território de forma organizada, pressupostos para governar um país tão diverso regionalmente.

Os temários de transportes e energia, incentivo a pequena propriedade, industrialização do país, e a colonização dirigida estiveram presentes na obra de Valverde, mesmo com a chegada do general Dutra ao poder (1946-1951). Tais abordagens foram redimensionadas para o segundo governo de Vargas (1951-1954), em que as produções valverdianas buscaram emitir opiniões e afirmações científicas para embasar as novas estratégias desenvolvimentistas e o planejamento governamental, principalmente nas políticas agrárias e agrícolas.

Além da conjuntura política do momento, Adas trouxe a baila outros elementos que colaboram para a interpretação das obras de Valverde. As influências de pensadores e correntes externas foi um dos elementos fundamentais para a constituição das ideias valverdianas, neste

⁵ Ver mais em CAPEL, Horacio. Historia de la Ciencia e Historia de las Disciplinas Científicas. In: Geocrítica, n. 84, Universidad de Barcelona: 1989.

Building the way

âmbito se destaca seu principal orientador, o geógrafo alemão Leo H. Waibel. A aproximação entre os dois geógrafos se deu quando Valverde viajou para os Estados Unidos acompanhado de outros geógrafos ibegeanos que foram indicados para realizar as especializações sobre estudos regionais. Waibel permaneceu no Brasil de 1946 a 1950 e realizou grandes contribuições à geografia brasileira, Valverde se tornou o principal difusor de suas pesquisas e ideias.

Waibel trabalhou no IBGE como assistente técnico incumbido de tratar dos assuntos ligados a ocupação do território, através da colonização dirigida. Sua influência sobre os trabalhos valverdianos pode ser notada no trabalho “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”, publicado em 1948, no qual os temários sobre povoamento e colonização aparecem. Além disso, o artigo refletia as preocupações e a necessidade de revisão dos resultados alcançados pela Marcha para o Oeste, posição compartilhada por Waibel.

Quando o geógrafo alemão chegou ao Brasil, Dutra já estava no poder e o contexto político vivido favoreceu a valorização da ênfase econômica nos estudos geográficos, culminando em mudanças expressivas de método da geografia brasileira e, conseqüentemente, da produção valverdiana. A expressão recorrente do período foi o “reaparelhamento da economia” e o fator de convergência entre os diversos interesses econômicos consistia na diversificação da indústria e na modernização das infra-estruturas, como estradas, portos etc.

Segundo Adas, a mudança do regime discricionário para o democrático, quando Dutra assumiu a presidência, não teve grandes impactos na direção do IBGE. Cabe salientar que os órgãos estatais subsidiaram as ações do governo com estudos técnicos sobre o território para identificar os males e potencialidades em relação aos objetivos modernizantes.

As noções mais importantes adotadas por Valverde em seus estudos são: “a Geografia enquanto estudo da ‘variação das áreas’; a teoria de Von Thunen; a luta contra o determinismo; e, por último, o método da interpretação histórica, cujas conseqüências se estendem aos enfoques que concedeu à caracterização dos sistemas agrícolas e ao objeto de estudo da Geografia Agrária” (ADAS, 2006, p. 91-92). Adas afirma que foi diante da utilização destas abordagens que Valverde buscou legitimidade na comunidade geográfica, consolidando-se como pesquisador reconhecido na área da agricultura brasileira.

Valverde adequou as ideias naturalistas do possibilismo vidalino às transformações que a disciplina geográfica viveu e ao contexto social e político da época. Sua trajetória e as adequações de suas ideias permitiram sua inserção nos espaços de debates sobre a questão agrária e, principalmente, repercussão na comunidade geográfica internacional.

Building the way

A questão agrária, do povoamento e da agricultura, temas trabalhados por Valverde, também tiveram inflamado debate em outras disciplinas, como na obra de Caio Prado Júnior⁶, e na arena política. Caio Prado Júnior foi um autor influente na época e seu trabalho chamou atenção para o debate sobre povoamento e a necessidade de uma política orientadora, associando essa questão à problemática fundiária, o que despertou um intenso debate político. No âmbito do CNG foram concebidos alguns trabalhos que evidenciavam os fatores positivos do latifúndio, em oposição às ideias de Caio Prado. Na arena política muitas disputas foram travadas em torno do debate sobre reforma agrária e povoamento do território.

Em abril de 1947, o deputado Nestor Duarte (UDN–BA) apresentou uma proposta de reforma agrária, vista como instrumento de combate a grande propriedade e com foco no desenvolvimento da policultura, portanto incentivadora da pequena propriedade. O projeto foi uma das primeiras propostas legislativas a favor da reforma agrária e como se esperava enfrentou diversos críticos. Diante dos debates, o governo Dutra enviou ao Congresso o Projeto Afrânio de Carvalho, no qual obrigava as grandes propriedades produzirem de forma racional e apontava a possibilidade de desapropriação por interesse social. Tal fato causou uma mobilização dos setores agrários e impulsionou novos debates sobre a questão agrária.

Nesse contexto surgiram dois instrumentos para tratar do assunto da questão agrária, o Plano Salte e o Relatório da Missão Abbink. Ambos expressam como a questão agrária foi tratada na gestão Dutra, o Plano Salte buscou resolver as crises frequentes de abastecimento dos centros urbanos e foi dirigido ao incentivo à produção de alimentos e de produtos para exportação, já os resultados do Relatório identificaram obstáculos estruturais e conjunturais do desenvolvimento do país, buscando embasar a adoção de partes do Plano Marshall para a América Latina.

As produções de Valverde, na década de 1950, travaram discussões sobre o campo brasileiro⁷, nesse período o geógrafo deu maior ênfase ao tema de uso da terra, em detrimento das questões relativas à colonização. O redirecionamento de sua pesquisa esteve alinhado com a valoração que a questão agrária recebeu no segundo mandato de Vargas. As propostas

⁶ Caio Prado colocava a questão da mobilidade, responsável pela instabilidade do homem brasileiro, e da dispersão da população no território, como questões fundamentais para definir o problema do povoamento no país. Segundo ele, o pequeno proprietário era um elemento estável por não ter sua propriedade simplesmente como negócio, mas por construir nela suas raízes e seus laços sociais. Propunha, portanto, a ocupação e “recolonização” dos territórios já explorados, em oposição ao povoamento de territórios desertos.

⁷ Adas chama atenção para a ausência do termo “camponês” nos trabalhos de Valverde do período (1951- 1964), compreendendo o fato pelo lugar profissional ocupado pelo geógrafo ibegeano e as tensões acerca da efervescência das lutas no campo (2066, p. 350).

Building the way

getulistas para o campo, como a Comissão Nacional de Política Agrária e a Campanha Nacional de Educação Rural, influenciaram os fatos e questões tratados por Valverde em seus estudos.

Adas perpassou pelas características do governo JK, entre 1956-1961, e ressaltou a prevalência, no mandato, das questões de cunho industrial em prejuízo das ações dirigidas para o campo e relativas à questão agrária. Valverde apresentou discordâncias quanto à atuação do governo, pois:

[...] enquanto típico funcionário do Estado, ibegeano convicto e voltado para o estudo do agro brasileiro preponderantemente segundo as filiações políticas mencionadas, acabou por nutrir desavenças hierárquicas na instituição na qual trabalhava, em virtude de sua discordância relativamente a certos rumos políticos trilhados pelo país nessas quadras, como, por exemplo, a menor atenção conferida aos impasses sócio-econômicos do campo (ADAS, 2006, p. 351).

Dos capítulos 10 a 13 foram abordadas as aproximações e distanciamentos da obra valverdiana aos elementos conjunturais apresentados. Muito da produção valverdiana esteve alinhada com as questões da agenda política e social, ora referendando ações governamentais, ora apontando caminhos para os problemas em voga.

A inserção de Valverde no campo institucional e político sobre a questão agrária, nos anos 50, estava estritamente atrelada às políticas implementadas no segundo mandato de Vargas. A produção valverdiana sobre o estudo dos sistemas agrícolas⁸ foi abordada por Adas no capítulo 10, nesta seção é possível perceber que Valverde, de modo geral, acreditava que o melhoramento dos sistemas agrícolas mantinha relação direta com a questão da modernização e aperfeiçoamento da agricultura brasileira, característica de sua ótica desenvolvimentista sobre o meio rural.

No capítulo 11, Adas trata do contexto em que as obras de Valverde, de 1951 a 1964, foram produzidas, seguindo com a metodologia de análise texto/contexto. Um fato importante do período foi a realização das obras de açudagem, associadas aos problemas da seca, realizadas pelo governo federal na região nordeste. No período de tal fato, o geógrafo voltava sua atenção para o nordeste brasileiro. Outras questões abordadas no capítulo envolvem as missões rurais e os critérios para suas localizações; o tema do cooperativismo e como ele emerge nas obras valverdianas; o combate às manifestações comportamentais de atraso no

⁸ Sobre o temário, Valverde identificou no sistema agrícola brasileiro, quatro modalidades, sem sucessão cronológica, sendo: rotação de terras primitiva; rotação de terras melhorada; rotação de culturas primitiva; e rotação de culturas melhoradas. Adas apresentou as características de cada sistema e a possível vinculação com as ações varguistas da época, o que pode ser lido no decorrer do capítulo 10 (ADAS, 2006, capítulo 10, p. 239-275).

Building the way

campo, no qual sobressaiu uma campanha de “recuperação do homem rural pela elevação de suas condições de vida” (BARREIRO, 1989, P. 179-180 apud ADAS, 2006, p. 289); e o tratamento dado às habitações rurais, que em sua obra ora apareciam como reflexo da cultura daqueles grupos, ora como expressão de atraso diante de suas condições de vida.

O capítulo 12 discute a questão do “atraso” no campo e sua superação com o norte da modernização e, por fim, no capítulo 13, Adas apresenta os traços “feudalizantes” utilizados pelo autor para explicar o atraso no campo, indicando que no decorrer dos anos 50 e início dos 60, Valverde se dedicou, cada vez mais, a estudar as classes agrárias desfavorecidas⁹.

A respeito de Valverde, Adas conclui que “[...] o geógrafo também soube lavar seus estudos com base em critérios científicos que nem sempre foram concordantes com os referendos ou juízos emitidos quer por protagonistas da cena política do país quer pelo governo” (ADAS, 2006, p. 352). Entretanto, Valverde não teve uma postura ativa na construção de uma geografia mais crítica às tradições e a apropriação dela pelo governo brasileiro, seja pelo cargo que ocupava, seja por uma escolha ideológica e política.

A resenha apresentada buscou mostrar as principais ideias dos capítulos da tese estudada, resgatando elementos e referências teóricas sobre o estudo da história científica e geográfica. Qual abordagem utilizada por Adas? Como elas se mostraram no plano real de sua apropriação? Como os discursos e as obras valverdianas são apresentadas ao leitor e quais elementos foram utilizados para compreender suas posições? Como a tradição geográfica esteve presente nas obras de Valverde? Quais eram os teóricos? Quem, de fato, fazia ciência? Quais outras influências ela sofreu? Algumas respostas desses questionamentos se encontram no decorrer da resenha, mas, principalmente, nos servem ao debate para questionar o modo de construção da disciplina, sendo base para os embates do presente.

⁹ Neste capítulo Adas trata, também, do “anticampesinismo” valverdiano, demonstrando que seu discurso não considerou o campesinato brasileiro e as lutas que eclodiram, voltando-se para um discurso científico de reconhecimento do território e embasamento para ações do Estado; e da aproximação da visão do geógrafo com a de Caio Prado sobre a *plantation*.